

CINEMATECA PORTUGUESA-MUSEU DO CINEMA
QUE FAREI EU COM ESTA ESPADA?
- REVOLUÇÃO
2 de Julho de 2024

L'ANGLAISE ET LE DUC / 2001
(A Inglesa e o Duque)

Um filme de Eric Rohmer

Realização: Eric Rohmer / Argumento: Eric Rohmer baseado em “*Diário da Minha Vida durante a Revolução Francesa*” de Grace Elliott / Direcção de Fotografia: Diane Baratier / Direcção Artística: Antoine Fontaine / Cenários: Lucien Eymard / Guarda-Roupa: Nathalie Chesnais e Pierre-Jean Larroque / Música: Claude Balbastre (*Ça Ira*), François-Joseph Gossec (*Marche Lugubre*) / Som: Pascal Ribier / Efeitos Especiais: Dominique Corbin / Montagem: Mary Stephen / Interpretação: Lucy Russell (Grace Elliott), Jean-Claude Dreyfus (duque de Orleães), Alain Libolt (duque de Biron), Charlotte Véry (a cozinheira), Rosette (Fanchette), Léonard Cobiant (Champcenetz), François Marthouret (Dumouriez), Caroline Morin (Nanon), Hélène Dubiel (Madame Meyler), Marie Rivière (Madame Laurent), François-Marie Banier (Robespierre), etc.

Produção: Compagnie Eric Rohmer – Pathé Image Production / Produtora: Françoise Etchegaray / Produtores Associados: Pierre Cottrell e Pierre Rissient / Cópia em 35mm, colorida, falada em francês com legendas em português / Duração: 125 minutos / Estreia em Portugal: Nimas, a 8 de Novembro de 2002.

A sessão tem lugar na Esplanada

A estreia de **L’Anglaise et le Duc** reavivou uma discussão velha, muito antiga mesmo, que nem sequer começou com os filmes mas com a sua produção teórica e crítica nos anos 40 e 50: Eric Rohmer, um reaccionário impenitente? Alguém com uma visão sectária da sociedade e da história, tanto em termos políticos como culturais, que o conduziria para posições altamente suspeitas de direitismo radical? Não seria o único, não será o único. Nem será, propriamente, um problema. O que é verdadeiramente interessante, mais do que uma resposta taxativa – que não existe - às interrogações acima expostas, é verificar o contexto que autoriza a sua enunciação, na certeza de que ele é suscitado pela complexidade da obra.

Porque aqui, como noutros casos, importam os paradoxos, as contradições, a recusa da transparência e da monodimensionalidade. Um filme como **L’Anglaise et le Duc**, com um olhar sobre a Revolução Francesa que foge aos estereótipos da liberdade, igualdade e fraternidade que normalmente se celebram, talvez seja o ideal para abordar o assunto – até porque é um filme que se deixa atravessar por essas questões sem conter, nem

permitir, respostas peremptórias. De certa forma, em termos de afirmação política (qualquer que seja o seu sinal), Rohmer nunca foi um cineasta tão radical nem tão assertivo como Godard, que filmava sempre um “sim” ou um “não” absolutos. Rohmer filmava sempre um “sim, mas” ou um “não, mas”, e uma coisa extraordinária que sucede com **L’Anglaise et le Duc** é que quanto mais se avança mais “mas” se encontram.

O primeiro “mas” tem a ver com o próprio tema. **L’Anglaise et le Duc** não é exactamente um filme sobre a Revolução Francesa mas sobre aquele período (1789-94) que ficou conhecido como o do “terror”. Ora se o povo é o herói tradicional das revoluções (e por maioria de razões, desta), o ponto de vista narrativo de Rohmer reduz essa dimensão colectiva e social a um rumor mais ou menos sombrio, a uma espécie de ameaça permanente nas redondezas (um pouco de delírio cinéfilo diria que o “povo”, aqui, é como o “nevoeiro” do filme homónimo de Carpenter), sempre pronta a irromper pela casa e pelos aposentos da aristocrata inglesa que é a protagonista do filme, numa espécie de metafórica “violação” várias vezes repetida. É evidente uma ruptura com as representações tradicionais do povo na revolução francesa, e uma reacção muito directa a um dos filmes mais emblemáticos sobre o tema, o **La Marseillaise** de Renoir (filme claramente “de esquerda”). Mas... curiosamente, a este registo escapa uma figura tão consensualmente odiada como Robespierre, que da única vez que aparece surge como elemento contemporizador, exemplo de lucidez e tolerância que salva a inglesa das garras da turba-multa.

Visão reaccionária e “direitista”, pró-aristocrática e pró-realista, da revolução francesa, como uma parte da crítica propôs em 2001? Ou, apenas, uma tentativa de devolver à História o seu devido lugar, para lá dos mitos, dos significados e das interpretações políticas que a sufocam? Com maior ou menor perversidade, Rohmer “seca” o romantismo associado à revolução e propõe um olhar – uma reconstituição – que se adivinha, acima de tudo (e há textos e reacções de historiadores devidamente autorizados que o confirmam) extremamente lúcida e verosímil. Como se dissesse que, na História, nem tudo o que deixa consequências positivas para o futuro tenha que ser, factualmente, “bonito”. Em última análise, **L’Anglaise et le Duc** é um filme sobre uma certa “fealdade” da História.

E que conclusões extrair da relação do então octogenário Rohmer com a tecnologia digital que começava a entrar em grande pelos filmes adentro? Também aí as coisas se baralham um pouco: se haverá, com toda a justiça, quem cante o quanto há de “revolucionário” na sua adopção por Rohmer, é forçoso reparar no uso que o cineasta faz dessa tecnologia – qualquer coisa que, ao nível dos cenários e das paisagens digitais que o filme exhibe, reenvia essencialmente para a estética de algum cinema mudo, ou para (como alguém disse, talvez o próprio Rohmer) “aquilo que há de Lumière em Méliès”. O digital, em Rohmer, é um “futurismo” ou um “revivalismo”? Será que vale a pena insistir em rótulos quando há tantos “mas”?

Luís Miguel Oliveira